



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PROF. DANILO
MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

Flávia de Souza Guimarães, RA 1012019100148

Hélio Emmanuel de Araújo, RA 1012019100141

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4
2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64	4
2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	5
2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	6
2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO	6
2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO	6
2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO	7
3. CONCLUSÃO	8
REFERÊNCIAS	9
ANEXOS	10

1. INTRODUÇÃO

No Projeto Integrado iremos pesquisar sobre a Tecnologia no setor Público; Observamos de forma a verificar as leis de responsabilidade fiscal, os sistemas tecnológicos e como se dará a implementação na administração pública.

De forma que seja uma ferramenta para acrescentar no desenvolvimento dos processos administrativos e não mais uma ferramenta que será apenas para cumprir protocolos ou mesmo dizer que estão fazendo algo para se igualar as empresas privadas.

Sendo assim teremos condições de identificar os pós e os contras da implementação dessa tecnologia nos órgãos públicos.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64

De acordo com a lei de responsabilidade fiscal nº 4320/64 e a lei complementar nº 101/2020, capítulo II e capítulo III do artigo 9 ao 20 podemos descrever da seguinte maneira; Todo tributo é uma receita derivada através do direito público, podendo ser compreendido por impostos, taxas legais vigentes no país para tanto pode ser exercida no custeio de produto nas atividades gerais ou específicas desenvolvidas por entidades.

Sendo assim pode ser classificada em duas categorias: Receita Corrente e Receita de Capital.

Receita Corrente: É aquela recolhida através de contribuições patrimoniais, envolvendo serviços industriais tais como as agências de Correios cujo recurso financeiro pode ser recebido através de uma forma pública ou privada.

Receita de Capital: São recursos Financeiros decorrentes de construção de dívidas, da conversão, em espécie de bens e direitos ou recursos recebidos por terceiros.

Portanto concluiremos este tema colocando em ANEXO uma planilha de Receita Corrente e também de Receita de Capital representando os gastos decorrentes dos anos de 2010 até 2015, para que possamos entender melhor nossa equipe resolveu demonstrar a tabela da empresa pública dos correios. Levando em consideração o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para dar maior suporte à gestão pública.

2.1.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

Ao analisar o modelo orçamentário Brasileiro definido na constituição federal do ano de 1988 no artigo 165 percebemos que o mesmo é composto por três instrumentos sendo eles:

I - O plano plurianual

II - As diretrizes Orçamentárias

III - Os Orçamentos Anuais

O plano plurianual possui uma validade de 4 anos, tendo como função a duração de um prazo médio da administração pública estabelecendo metas, objetivos e leis. Portanto as diretrizes Orçamentárias irão priorizar as leis e tornarem as metas do ano seguinte vigentes, estabelecendo algumas regras que deverão ser observadas na formulação do projeto de lei anual.

As diretrizes Orçamentárias devem ser elaboradas obedecendo a constituição federal de 1988 a fim de incluir todos os poderes.

Os orçamentos anuais demonstram uma maior organização nos gastos, podendo assim ter como base toda receita e despesa de qualquer entidade, empresa pública ou privada.

2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO

Através de análise podemos perceber que a partir da década de 80 os sistemas de decisões ou informações ocorreram uma grande revolução, possuindo então uma variável de definição de acordo com o ponto de vista do indivíduo.

Sendo assim, a nossa equipe chegou em uma conclusão sobre os sistemas. Eles são baseados em conhecimentos informáticos que permitem um desenvolvimento rápido e prático para agilizar as informações na área de setor público.

Observamos também que os sistemas de apoio à decisão têm papel importante no que tange auxiliar o setor público nesta tomada de decisão. Eles podem levantar dados favoráveis ou não a fim de deixar tudo mais transparente para todos os envolvidos.

Portanto é de grande valia que as empresas possuam um sistema de alta qualidade para que possam atender seu público alvo da melhor maneira, tornando tudo rápido, prático com agilidade, conforto e segurança.

2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

O sistema Enterprise Resource Planning tem como objetivo ajudar na área administrativa contribuindo no crescimento da empresa através de controle patrimonial, fiscal, contábil, financeiro, vendas, estoques, compras, orçamentos e recursos humanos.

Com todos os registros e dados dos setores em um único sistema, possuímos agilidade a fim de realizar um trabalho satisfatório no que se refere aos serviços prestados aos nossos clientes.

Para que este sistema seja introduzido há a necessidade de uma pesquisa prévia para saber se existem pessoas aptas para gerenciá-lo com excelência e caso não haja, devemos capacitá-las a fim de realizar um bom trabalho. Precisamos também verificar além da real necessidade do uso do ERP, pois tudo deve ser bem planejado para que não seja um gasto dispendioso e desnecessário.

2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

O ERP para ser implementado na rede pública precisa ser avaliado com propriedade uma vez que seja avaliado com propriedade uma vez que todo órgão público necessita de licitação para tudo o que irá realizar. Observar também se há pessoas ali, que saibam como fazer este trabalho, pois como, nos órgãos públicos existe a necessidade de um concurso público para ocupar os cargos, isso fica ainda mais evidente, pois implementar o ERP sem pessoas aptas pode gerar, antes do êxito da implementação do sistema, uma série de protocolos a seguir, os quais levariam um tempo maior para efetivá-lo.

3. CONCLUSÃO

Diante vários estudos e pesquisas realizadas a equipe pode perceber que para tomar uma decisão a respeito da Tecnologia no setor público, constatamos que ainda há muitas questões a serem estudadas, pois apesar do sistema público estar sendo um pouco pressionado a manter uma maior aparência nos seus dados existe uma maior necessidade de realização de aprofundamento para saber se é viável ou não sua implementação.

REFERÊNCIAS

Correios - <https://www.correios.com.br>, em 2021

Governo - <https://www.gov.br/planalto>, em 2021

Administração pública, Unifeob EaD -São João da Boa Vista-SP, em

2021, <https://eadunifeob.blackboard.com/ultra/course>

Gestão da tecnologia de informação , Unifeob EaD-São João da Boa Vista-SP, em

2021, <https://eadunifeob.blackboard.com/ultra/course>

ANEXOS

PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A
PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	222.500	134.044	134.044	60%	205.500	179.296	179.296	87%	204.432	183.688	183.688	90%	202.229	146.655	146.655	72%
PROGRAMAS / AÇÕES - 2012	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%
TOTAL	297.144	187.544	187.544	63%	280.144	232.796	232.796	83%	279.076	237.188	237.188	85%	276.873	200.155	200.155	72%
PROGRAMAS / AÇÕES - 2013	100.000	36.200	36.200	36%	100.000	21.121	18.500	21%	100.000	5.100	4.500	5%	82.500	34.900	34.900	42%
PROGRAMAS / AÇÕES - 2014	100.000	271.200	144.000	45%	100.000	284.800	227.400	30%	100.000	242.800	129.200	25%	82.500	297.900	174.100	30%
TOTAL	600.000	604.400	454.200	75%	600.000	518.801	479.400	86%	600.000	328.401	234.200	39%	600.000	328.401	234.200	39%

PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A
PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	222.500	134.044	134.044	60%	205.500	179.296	179.296	87%	204.432	183.688	183.688	90%	202.229	146.655	146.655	72%
PROGRAMAS / AÇÕES - 2012	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%
TOTAL	297.144	187.544	187.544	63%	280.144	232.796	232.796	83%	279.076	237.188	237.188	85%	276.873	200.155	200.155	72%

PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A	Dotação autorizada (a)	Execução/ Liquidação (b)	Pago (c)	% B/A
PROGRAMAS / AÇÕES - 2011	222.500	134.044	134.044	60%	205.500	179.296	179.296	87%	204.432	183.688	183.688	90%	202.229	146.655	146.655	72%
PROGRAMAS / AÇÕES - 2012	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%	74.644	53.500	53.500	72%
TOTAL	297.144	187.544	187.544	63%	280.144	232.796	232.796	83%	279.076	237.188	237.188	85%	276.873	200.155	200.155	72%

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES - CUSTEIO					
Fonte: PDG			Data da Atualização 30/08/2021		
ANO	2010				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.420.315.000	5.367.632.133	5.330.045.220	99%	98%
MATERIAIS E PRODUTOS	240.000.000	177.625.596	168.744.316	74%	70%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.794.000.000	4.612.603.334	4.520.351.267	96%	94%
UTILIDADES E SERVIÇOS	330.000.000	307.902.452	292.507.329	93%	89%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	850.000.000	930.354.373	883.836.654	109%	104%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	100.000.000	123.008.941	123.008.941	123%	123%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	566.000.000	538.965.550	488.982.661	95%	86%
TOTAL	12.300.315.000	12.058.092.379	11.807.476.388	98%	96%
ANO	2011				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.050.000.000	5.810.302.801	6.683.669.124	96%	110%
MATERIAIS E PRODUTOS	282.000.000	191.372.820	86.766.567	68%	31%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.470.385.275	5.372.288.767	3.346.020.477	98%	61%
UTILIDADES E SERVIÇOS	345.765.000	337.887.340	114.129.066	98%	33%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	1.009.833.211	1.000.757.988	878.936.558	99%	87%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	263.145.000	274.558.638	274.558.638	104%	104%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	557.335.119	574.011.114	529.379.388	103%	95%
TOTAL	13.978.463.605	13.561.179.468	11.913.459.818	97%	85%
% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	114%	112%	101%		

ANO	2012				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.050.000.000	6.736.782.920	6.882.067.868	111%	114%
MATERIAIS E PRODUTOS	282.000.000	208.818.024	53.328.783	74%	19%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.470.385.275	5.868.064.730	4.769.998.146	107%	87%
UTILIDADES E SERVIÇOS	345.765.000	351.956.841	150.119.320	102%	43%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	1.009.833.211	1.163.277.939	841.882.117	115%	83%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	263.145.000	59.887.990	49.663.329	23%	19%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	557.335.119	524.561.164	347.087.179	94%	62%
TOTAL	13.978.463.605	14.913.349.608	13.094.146.742	107%	94%
% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	100%	110%	110%		

ANO	2013				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.700.494.569	7.590.395.766	7.406.062.714	99%	96%
MATERIAIS E PRODUTOS	227.075.917	210.568.310	60.640.778	93%	27%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.751.701.344	6.418.062.377	6.185.131.705	95%	92%
UTILIDADES E SERVIÇOS	389.950.370	228.321.598	159.791.381	59%	41%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	1.087.607.892	863.160.402	504.844.441	79%	46%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	184.939.836	11.125.726	12.660.539	6%	7%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	624.785.161	461.470.469	471.025.043	74%	75%
TOTAL	16.966.555.089	15.783.104.648	14.800.156.601	93%	87%
% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	121%	106%	113%		

ANO	2014				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.729.996.060	9.695.577.810	9.392.132.749	100%	97%
MATERIAIS E PRODUTOS	239.752.673	238.804.901	142.770.000	100%	60%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.051.721.510	5.823.591.272	5.902.925.713	96%	98%
UTILIDADES E SERVIÇOS	435.535.239	253.066.796	246.768.000	58%	57%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	800.000.000	836.471.542	482.413.063	105%	60%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	219.620.916	217.489.035	2.189.334	99%	1%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	574.379.082	570.626.306	497.417.989	99%	87%
TOTAL	18.051.005.480	17.635.627.662	16.666.616.848	98%	92%
% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	106%	112%	113%		

ANO	2015				
DESPESAS	PLANEJADO	REALIZADO	PAGO	% REALIZADO	%PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.756.059.373	10.206.540.858	9.674.889.427	95%	90%
MATERIAIS E PRODUTOS	270.000.000	243.598.510	143.324.102	90%	53%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.576.999.999	6.523.510.514	6.656.368.052	99%	101%
UTILIDADES E SERVIÇOS	350.000.000	331.055.552	300.368.971	95%	86%
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	900.000.000	881.959.271	426.277.944	98%	47%
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	355.000.000	339.445.987	177.026.751	96%	50%
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	726.000.000	751.169.197	656.106.261	103%	90%
TOTAL	19.934.059.372	19.277.279.889	18.034.361.508	97%	90%
% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	110%	109%	108%		

